



# **EDITAL** **em questões**

**+ 1700 QUESTÕES COMENTADAS**



# Seja muito bem-vindo

## Você acaba de baixar a amostra do material de + DE 1700 Questões Comentadas – INSS – Pré-Edital

Parabéns futuro (a) técnico do seguro social, por ter dado esse passo importante para sua aprovação. Temos a plena convicção de que este material irá facilitar os seus estudos.

Saiba que você acaba de ter acesso a **+ de 1700 questões comentadas** de TODAS as disciplinas do INSS.

Os estudos pelas questões são bastante importantes para que você, futuro técnico do seguro social, consiga interpretar os enunciados e verificar se a matéria foi realmente aprendida!


E mais: como forma de demonstrar a **qualidade** de **nosso material**, apresentaremos a seguir a amostra das questões do material: + de 1700 Questões Comentadas para o INSS.

Caso tenha qualquer dúvida, você pode entrar em contato conosco enviando seus questionamentos para o seguinte e-mail: [cadernomapeado@gmail.com](mailto:cadernomapeado@gmail.com).

Direitos e garantias fundamentais


**1 - (QUADRIX 2021)** Em nenhuma hipótese, será admitida a pena de morte no Brasil.

**Gabarito:** Errado.

 **Comentário:** O art. 5º XLVII da CF/88 elenca uma exceção, assim afirmando: não haverá penas: a) de morte, **salvo** em caso de guerra declarada, nos termos do art. 84, XIX;


**2 - (QUADRIX 2021)** É garantido a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.

**Gabarito:** Certo.

 **Comentário:** CF, art. 5º, XIV - é assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional. Ex.: jornalista que entrevista foragido - não fere a constituição.

**3 - (CESPE 2021)** A interceptação telefônica pode ser realizada independentemente de ordem judicial, porquanto o sigilo das comunicações telefônicas pode ser quebrado quando houver investigação criminal.

**Gabarito:** Errado.

 **Comentário:** A interceptação telefônica não pode ser realizada sem autorização judicial.

Inviolabilidade Do Sigilo De Correspondência, Comunicações E Dados

**Art. 5º, XII** - é inviolável o sigilo

- da correspondência
- das comunicações telegráficas, de dados e
- das comunicações telefônicas,


**Salvo**, no caso das comunicações telefônicas, por ordem judicial, nas hipóteses e na forma que a lei estabelecer para fins de investigação criminal ou instrução processual penal;

**4 - (CESPE 2021)** Clara, praticante de uma religião de matriz africana, um dia, ao chegar à escola pública em que estuda no Distrito Federal usando um colar de contas típico de sua prática religiosa, foi impedida, pela diretora, de entrar na instituição. A diretora alegou que, ali, não era permitido entrar usando aquele tipo de colar. Na ocasião, a diretora exigiu que a estudante retirasse o adereço para poder entrar no estabelecimento de ensino.

Considerando essa situação hipotética, julgue o item a seguir.


Embora o livre exercício de cultos religiosos seja assegurado pela Constituição da República Federativa do Brasil, como o Estado é laico, o ingresso de Clara com adereços religiosos em sua escola pode ser proibido.

**Gabarito:** Errado.

 **Comentário:** A Constituição assegura, dentro da liberdade religiosa, o direito de não ter os seus direitos restringidos em decorrência de sua convicção religiosa. Assim, o ingresso de Clara com adereços religiosos em sua escola não pode ser proibido.


**5 - (QUADRIX 2021)** São invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, estando assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação.

**Gabarito:** Certo.

 **Comentário:** Art. 5º, X - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

**6 - (QUADRIX 2021)** A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de desastre ou para prestar socorro ou, a qualquer momento, por determinação judicial.

**Gabarito:** Errado.

 **Comentário:** Por determinação judicial, o ingresso na residência APENAS pode ocorrer durante o dia.

**Art. 5º, XI-** A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro ou, durante o dia, por determinação judicial.

#### **Inviolabilidade Do Domicílio - Art. 5º, XI, CF/88**


REGRA: a casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador,

**Exceções:** hipóteses em que a inviolabilidade do domicílio é afastada:

- Flagrante delito (qualquer horário);
- Desastre (qualquer horário);
- Prestar socorro (qualquer horário); ou,
- Durante o dia, por determinação judicial;


**7 - (QUADRIX 2021)** Em uma sociedade livre, quando existir significativo risco de um discurso expressar opiniões divergentes daquelas aprovadas pelo governo, este poderá censurar aquele, sob o argumento de que seu autor poderá persuadir pessoas a rejeitar crenças aceitas.

**Gabarito:** Errado.

 **Comentário:** Art. 5º, IX - É livre a expressão da atividade intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença. A censura é vedada.


**8 - (QUADRIX 2021)** A dignidade da pessoa humana é fundamento axiológico da Constituição Federal de 1988 e dela decorrem os direitos de personalidade que, por sua vez, podem ser divididos em direitos à integridade física e direitos à integridade moral.

**Gabarito:** Certo.

 **Comentário:** A dignidade da pessoa humana é UM fundamento da República Federativa do Brasil e consiste no valor fonte do ordenamento jurídico, a base de todos os direitos fundamentais.

**9 - (QUADRIX 2021)** Com fundamento no direito de igualdade, não podem existir, como medida de justiça, tratamentos diferenciados em razão do gênero, da capacidade física ou da condição econômica do indivíduo.

**Gabarito:** Errado.

 **Comentário:** A igualdade material, baseada na proposição de Aristóteles: "Devemos tratar igualmente os iguais e desigualmente os desiguais, na medida de sua desigualdade. "

## Igualdade

A igualdade se divide em: igualdade formal e material:

- Igualdade formal:



A igualdade formal é aquela que não estabelece distinção alguma entre as pessoas. Em iguais condições, todos devem ser tratados igualmente. Por exemplo: homens e mulheres tem o mesmo direito à vida.


→ Igualdade material:

“Devemos tratar os iguais igualmente e os desiguais desigualmente, na medida de suas desigualdades.”

Essa frase representa o atual conceito jurídico de Igualdade Material. Podemos citar vários exemplos de tratamento jurídico diferenciado dado a certos grupos de pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade: Lei Maria da Penha, que protege a mulher no contexto familiar.

**10 - (QUADRIX 2021)** O direito à vida, apesar de sua importância e de ser pressuposto para o exercício de todos os demais direitos, não possui caráter absoluto; por isso é permitida, por exemplo, a pena de morte em caso de guerra externa.

**Gabarito:** Certo.

 **Comentário:** A questão está correta. Confesso que a redação da questão não foi boa, pois utiliza a expressão "guerra externa", enquanto a Constituição de 1988, em seu art. 5º, inciso XLVII, alínea "a", diz: "guerra declarada".

Mas colocamos essa questão aqui justamente para causar essa reflexão em vocês, pois com certeza em sua prova poderão ter questões nesse sentido. E nossa proposta é preparar vocês da melhor forma possível.


Ao que parece, pelas pesquisas que realizamos com relação a essa questão, a banca Quadrix (que se assemelha muito com a CESPE/CEBRASPE) utilizou a obra de Marcelo Novelino para elaboração da questão. Veja:

Novelino (2016, p. 316): "[o] direito à vida, apesar de sua importância axiológica e de ser pressuposto elementar para o exercício de todos os demais direitos, não possui caráter absoluto. Em casos de colisão com o mesmo bem jurídico titularizado por terceiros ou, ainda, com outros princípios de peso relativo (ou seja, diante do caso concreto) maior, o direito à vida poderá sofrer restrições no seu âmbito de proteção. Na Constituição de 1988, única restrição expressamente prevista (cláusula restritiva escrita) é a possibilidade de imposição de pena de morte em caso de guerra externa (CF, art. 5.º, XLVII, 'a')."

Fonte: NOVELINO, Marcelo. Curso de Direito Constitucional. 11. ed. Salvador: Ed. JusPodivm, 2016.


**11 - (QUADRIX 2021)** Um cidadão brasileiro não pode invocar motivos religiosos para eximir-se de obrigação legal a todos imposta e recusar-se a cumprir prestação alternativa, fixada em lei.

**Gabarito:** Certo.

 **Comentário:** O cidadão pode invocar motivo religioso para não cumprir uma obrigação legal imposta a todos, MAS deverá cumprir a prestação alternativa prevista. Logo, não poderá invocar a escusa E também recusar a prestação alternativa.

**12 - (QUADRIX 2021)** Uma pessoa poderá pleitear indenização por dano material ou moral quando violada em sua intimidade ou honra.

**Gabarito:** Certo.

 **Comentário:** Art. 5º, X, CF - são invioláveis a intimidade, a vida privada, a honra e a imagem das pessoas, assegurado o direito à indenização pelo dano material ou moral decorrente de sua violação;

**13 - (QUADRIX 2021)** Toda e qualquer pessoa é livre para manifestar seu pensamento, devendo fazê-lo, inclusive, de forma anônima, para resguardar sua privacidade.

**Gabarito:** Errado.

 **Comentário:** Art. 5º, IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;


**14 - (QUADRIX 2021)** É livre a manifestação do pensamento, sendo admitido o anonimato.

**Gabarito:** Errado.

 **Comentário:** Art. 5º, IV - é livre a manifestação do pensamento, sendo vedado o anonimato;


**15 - (QUADRIX 2021)** A CF assegura que é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, sendo proibidas as limitações para a atuação profissional.

**Gabarito:** Errado.

 **Comentário:** Art. 5º, XIII - é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.


**16 - (INÉDITA 2022)** Segundo o art. 5º da Constituição, ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de contrato.

**Gabarito:** Errado.

 **Comentário:** Art. 5º, inciso II, CF - ninguém será obrigado a fazer ou deixar de fazer alguma coisa senão em virtude de LEI. Pelo fato de a assertiva falar contrato, ela está errada.


**17 - (INÉDITA 2022)** Segundo o art. 5º da Constituição, é livre a manifestação do pensamento, sendo permitido o anonimato.

**Gabarito:** Errado.

 **Comentário:** A Constituição veda o anonimato. Veja o que diz o art. 5º, IV: é livre a manifestação do pensamento, sendo **vedado** o anonimato.


**18 - (INÉDITA 2022)** Segundo o art. 5º da Constituição, é inviolável a liberdade de consciência e de crença, sendo assegurado o livre exercício dos cultos religiosos e garantida, na forma da lei, a proteção aos locais de culto e a suas liturgias.

**Gabarito:** Certo.

 **Comentário:** É a previsão do art. 5º, VI, da Constituição Federal.


**19 - (INÉDITA 2022)** Segundo o art. 5º da Constituição, é assegurada, nos termos da lei, a prestação de assistência religiosa nas entidades civis e militares de internação coletiva.

**Gabarito:** Certo.

 **Comentário:** É a previsão do art. 5º, VII, da Constituição Federal.


**20 - (INÉDITA 2022)** Segundo o art. 5º da Constituição, é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer.

**Gabarito:** Certo.

 **Comentário:** É a previsão do art. 5º, XIII, da Constituição Federal.

**21 - (INÉDITA 2022)** Segundo o art. 5º da Constituição, é livre a locomoção no território nacional em tempo de paz, podendo qualquer pessoa, nos termos da lei, nele entrar, permanecer ou dele sair com seus bens.


**Gabarito:** Certo.

 **Comentário:** É a previsão do art. 5º, XV, da Constituição Federal.




**22 - (INÉDITA 2022)** Segundo o art. 5º da Constituição, é plena a liberdade de associação para fins lícitos, sendo permitida a de caráter paramilitar.

**Gabarito:** Errada.

 **Comentário:** Art. 5º, XVII, CF - plena a liberdade de associação para fins lícitos, VEDADA a de caráter paramilitar.


**23 - (INÉDITA 2022)** Segundo o art. 5º da Constituição, a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo permitida a interferência estatal em seu funcionamento.

**Gabarito:** Errada.

 **Comentário:** Art. 5º, XVIII, CF - a criação de associações e, na forma da lei, a de cooperativas independem de autorização, sendo VEDADA a interferência estatal em seu funcionamento.

**24 - (INÉDITA 2022)** Segundo o art. 5º da Constituição, no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, ainda que não haja dano.

**Gabarito:** Errada.

 **Comentário:** Art. 5º, XXV, CF - no caso de iminente perigo público, a autoridade competente poderá usar de propriedade particular, assegurada ao proprietário indenização ulterior, se houver dano.

**25 - (INÉDITA 2022)** Segundo o art. 5º da Constituição, no caso de iminente perigo público, aos autores pertence o direito exclusivo de utilização, publicação ou reprodução de suas obras, transmissível aos herdeiros pelo tempo que a lei fixar.

**Gabarito:** Certo.

 **Comentário:** É a previsão do Art. 5º, XXVII, CF.

**26 - (INÉDITA 2022)** Segundo o art. 5º da Constituição, são assegurados, nos termos da lei, a proteção às participações individuais em obras coletivas e à reprodução da imagem e voz humanas, inclusive nas atividades desportivas.

**Gabarito:** Certo.

 **Comentário:** É a previsão do Art. 5º, XXVIII, alínea "a", da CF.

**27 - (INÉDITA 2022)** Segundo o art. 5º da Constituição, a sucessão de bens de estrangeiros situados no País será regulada pela lei brasileira em benefício do cônjuge ou dos filhos brasileiros, sempre que não lhes seja mais favorável a lei pessoal do "de cujus".

**Gabarito:** Certo.

 **Comentário:** É a previsão do Art. 5º, XXXI, da CF.


**28 - (INÉDITA 2022)** Segundo o art. 5º da Constituição, são a todos assegurados, desde que haja o pagamento de taxas, obtenção de certidões em repartições públicas, para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal.

**Gabarito:** Errado.

 **Comentário:** Conforme dispõe o art. 5º, inciso XXXIV, alínea "b", CF, a obtenção de certidões independe do pagamento de taxas.


**29 - (INÉDITA 2022)** Segundo o art. 5º da Constituição, a lei não excluirá da apreciação do Poder Judiciário lesão ou ameaça a direito.

**Gabarito:** Certo.

 **Comentário:** É a previsão do art. 5º, incisos XXXV, CF - Trata-se do princípio do acesso à justiça, ou também conhecido como o princípio da inafastabilidade da jurisdição.


**30 - (INÉDITA 2022)** Segundo o art. 5º da Constituição, não haverá juízo ou tribunal de exceção.

**Gabarito:** Certo.

 **Comentário:** É a previsão do art. 5º, incisos XXXVII, CF - Trata-se do princípio do juiz natural.

**31 - (CESPE 2022)** A manifestação do pensamento é livre, sendo garantido, também, o anonimato.

**Gabarito:** Errado.

 **Comentário:** Segundo o art. 5º, IV, CF - é livre a manifestação do pensamento, sendo VEDADO o anonimato.

Galera!


Esse artigo é muito cobrado nas provas da CESPE/CEBRASPE, por isso fique atento.

Previsão constitucional: art. 5º, IV, CF

Redação: É livre a manifestação do pensamento, sendo **vedado** o anonimato.

**32 - (CESPE 2021)** As ações afirmativas possuem como objetivo a concretização do princípio constitucional da igualdade material.

**Gabarito:** Certo.

 **Comentário:** As ações afirmativas se definem como políticas públicas (e privadas) voltadas à concretização do princípio constitucional da igualdade material e à neutralização dos efeitos da discriminação racial, de gênero, de idade, de origem nacional e de compleição física.

Ações afirMATivas = isonomia MATerial

Ah, mas será que a banca CESPE/CEBRASPE cobra mesmo esse assunto! Veja abaixo:

1) CESPE (2020/MPE-CE) Ações afirmativas, como a reserva de vagas para negros em concursos públicos, são uma forma de garantia dos direitos fundamentais e visam minimizar ou eliminar uma situação histórica de desigualdade ou discriminação? CERTO

2) CESPE (2015/STJ) Ações afirmativas são mecanismos que visam viabilizar uma isonomia material em detrimento de uma isonomia formal por meio do incremento de oportunidades para determinados segmentos? CERTO


Então fiquem atentos e bora gabaritar.

**33 - (CESPE 2022)** Bruna, com 19 anos de idade, grávida, e Celso, com 17 anos de idade, combinaram de subtrair bens de uma residência cujos moradores estavam viajando. Bruna ficou responsável por vigiar a entrada da casa e pegar os objetos que Celso lhe entregasse pela janela. Quando Celso estava dentro da casa, foi surpreendido pela empregada da família e acabou por acertar-lhe a cabeça com um objeto pontiagudo, causando-lhe a morte. Bruna somente tomou conhecimento do fato quando Celso lhe narrou o ocorrido ao chegarem com os objetos a um esconderijo.

A partir da situação hipotética precedente, julgue o item a seguir.

Sendo presa e dando à luz no presídio, Bruna terá o direito de permanecer com seu filho durante o período de amamentação.

**Gabarito:** Certo.

 **Comentário:** É a previsão do art. 5º, L, CF - às presidiárias serão asseguradas condições para que possam permanecer com seus filhos durante o período de amamentação.

**34 - (CESPE 2022)** Admite-se a extradição de brasileiro naturalizado em caso de crime comum, desde que este tenha sido praticado anteriormente à naturalização.

**Gabarito:** Certo.

 **Comentário:** É a previsão do art. 5º, inciso LI, CF.

Art. 5º, LI - nenhum brasileiro será extraditado, salvo o naturalizado, em caso de crime comum, praticado antes da naturalização, ou de comprovado envolvimento em tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, na forma da lei;

### Resumindo

Brasileiro nato → não será extraditado em nenhuma hipótese;


Brasileiro naturalizado → poderá ser extraditado quando:

Crime comum → praticado antes da naturalização.

Envolvimento em tráfico → independente de ter sido antes ou depois da naturalização.


**35 - (CESPE 2021)** Por questões de segurança dos agentes públicos, o preso não tem direito à identificação dos policiais que o prenderam.

**Gabarito:** Errado.

 **Comentário:** Segundo o art. 5º, LXIV, CF - o preso tem direito à identificação dos responsáveis por sua prisão ou por seu interrogatório policial.


**36 - (CESPE 2021)** A CF, ao garantir a liberdade de expressão, vedou o anonimato, prestigiando o direito de resposta e eventual pleito judicial por indenização em relação a dano material, moral ou à imagem.

**Gabarito:** Certo.

 **Comentário:** É a previsão do art. 5º, inciso IV e V, CF.

**37 - (CESPE 2021)** São inafiançáveis e imprescritíveis os crimes de racismo e terrorismo, bem como a ação de grupos armados contra a ordem constitucional e o Estado democrático.


Errado.

 **Comentário:** O crime de terrorismo prescreve.

### Remédios Constitucionais

**38 - (CESPE 2021)** De acordo com a CF, são gratuitas as ações de habeas corpus e habeas data.


**Gabarito:** Certo.

 **Comentário:** É a previsão do art. 5º, LXXVII - são gratuitas as ações de "habeas-corpus" e "habeas-data", e, na forma da lei, os atos necessários ao exercício da cidadania.

<b>Habeas corpus</b>	Gratuito. Não há previsão expressa, mas o STF entende que há habeas corpus coletivo. NÃO cabe HC contra Pessoa JURÍDICA em virtude dela não possuir direito de locomoção.
<b>Habeas data</b>	Gratuito. Individual. Pode ser impetrado por pessoa física e jurídica; tem que ter advogado
<b>Ação popular</b>	Gratuito, salvo má-fé. SOMENTE cidadão. NÃO pode Associação e afins
<b>Direito de petição</b>	Gratuito. Em defesa de direitos ou contra ilegalidade ou abuso de poder
<b>Obtenção de certidões</b>	Gratuito. Para defesa de direitos e esclarecimento de situações de interesse pessoal
<b>Mandado de segurança</b>	Pago. Individual ou coletivo. Associações em funcionamento há pelo menos 1 ano, podem impetrar MS em favor dos seus associados, independentemente da autorização expressa deles
<b>Mandado de injunção</b>	Pago. Individual ou coletivo
O que tem H é gratuito, o que tem M não é gratuito. O que tem A é gratuito, salvo má-fé.	

**39 - (CESPE 2021)** Se uma pessoa tiver o exercício de sua cidadania inviabilizado por falta de norma regulamentadora, o remédio constitucional adequado para viabilizar o seu direito será o mandado de segurança.

**Gabarito:** Errado.

 **Comentário:** Não é caso de Mandado de Segurança, mas sim de mandado de INJUNÇÃO (art. 5º, XXI, CF).

Habeas Corpus	Direito de locomoção.
Habeas Data	Direito de informação pessoal.
Mandado de segurança	Direito líquido e certo.
Mandado de injunção	Omissão legislativa.
Ação Popular	Ato lesivo.


**40 - (CESPE 2022)** Se o responsável por ilegalidade ou por abuso de poder for agente de pessoa jurídica no exercício de atribuições do poder público, a proteção de direito líquido e certo ocorrerá por meio de mandado de segurança.

**Gabarito:** Certo.

 **Comentário:** É a previsão do art. 5º, LXIX, CF/88.

**41 - (CESPE 2022)** Qualquer pessoa, física ou jurídica, é parte legítima para propor ação popular que vise anular ato lesivo à moralidade administrativa, ao meio ambiente e ao patrimônio histórico e cultural.

**Gabarito:** Errado.

 **Comentário:** Súmula 365-STF: Pessoa jurídica não tem legitimidade para propor ação popular. Para propor ação popular deve ser CIDADÃO.

**42 - (CESPE 2022)** Para ter legitimidade ativa para a impetração de mandado de segurança coletivo, o partido político deve ter representação no Congresso Nacional.

**Gabarito:** Certo.

 **Comentário:** É a previsão do art. 5º, LXX, CF.

Art. 5º, LXX – o mandado de segurança coletivo pode ser impetrado por: (PEAO)


→ Partido político com representação no Congresso Nacional;



→ Entidade de classe;

→ Associação legalmente constituída e em funcionamento há pelo menos um ano;

→ Organização sindical.


 **Súmula 630-STF:** "A entidade de classe tem legitimação para o mandado de segurança ainda quando a pretensão veiculada interesse apenas a uma parte da respectiva categoria."

Veja que esse assunto é recorrentemente cobrado pela banca CESPE/CEBRASPE, por isso fique atento!

(CESPE/ANATEL/2012) Um partido político com representação no Congresso Nacional possui legitimidade para impetrar mandado de segurança coletivo apenas em defesa de seus filiados. (Certo)


**43 - (CESPE 2022)** Recente construção jurisprudencial do STF passou a admitir, por analogia, a figura do habeas corpus coletivo.

**Gabarito:** Certo.

 **Comentário:** É possível a impetração de HC coletivo, conforme entendimento exarado pelo STF (2ª Turma. HC 143641/SP. Rel. Min. Ricardo Lewandowski, julgado em 20/2/2018 (Info 891).


**44 - (CESPE 2021)** É incabível a impetração de habeas corpus coletivo, segundo a jurisprudência do STF.

**Gabarito:** Certo.

 **Comentário:** É cabível a impetração de habeas corpus coletivo, sim! (Vide HC nº 143.641). Veja que a banca cobrou duas vezes esse assunto.


**45 - (CESPE 2021)** Não cabe habeas data para a obtenção de dados relativos ao pagamento de tributos.

**Gabarito:** Errado. Explicação abaixo.

 **Comentário:** O habeas data é a garantia constitucional adequada para a obtenção dos dados concernentes ao pagamento de tributos do próprio contribuinte constantes dos sistemas informatizados de apoio à arrecadação dos órgãos da administração fazendária dos entes estatais. STF. Plenário. RE 673707/MG, Rel. Min. Luiz Fux, julgado em 17/6/2015 (repercussão geral) (**Info 790**).

**46 - (CESPE 2022)** Cabe habeas corpus em caso de imposição exclusivamente de pena de multa ao sentenciado.

**Gabarito:** Errado.


 **Comentário:** Súmula 693: Não cabe habeas corpus contra decisão condenatória a pena de multa, ou relativo a processo em curso por infração penal a que a pena pecuniária seja a única cominada.

Galera! O Habeas Corpus tem por objeto a LIBERDADE de locomoção e por objetivo a proteção desse direito contra cerceamentos ilegais ou praticados com abuso de poder. Essa liberdade de locomoção não é afetada com a imposição de pena de multa, por isso não cabe o Habeas Corpus.

Atente-se a isso, pois a banca gosta muito de fazer essa confusão.


**47 - (CESPE 2022)** O habeas corpus pode ser interposto por qualquer pessoa, independentemente de inscrição na Ordem dos Advogados do Brasil.

**Gabarito:** Certo.

 **Comentário:** A impetração de HC não exige advogado e dispensa formalidades. Alguns presos até impetram HC escrevendo seu pedido no papel higiênico.


**48 - (CESPE 2022)** Recente construção jurisprudencial do STF passou a admitir, por analogia, a figura do habeas corpus coletivo.

**Gabarito:** Certo.

 **Comentário:** É possível a impetração de HC coletivo, conforme entendimento exarado pelo STF (2ª Turma. HC 143641/SP. Rel. Min. Ricardo Lewandowski, julgado em 20/2/2018 (**Info 891**)).


**49 - (CESPE 2022)** O próprio réu pode impetrar Habeas Corpus em causa própria, desde que comprove ser advogado.

**Gabarito:** Errado.

 **Comentário:** Não precisa de advogado para impetrar Habeas Corpus, qualquer pessoa pode impetrar.

**50 - (CESPE 2021)** As ações de habeas corpus e habeas data são gratuitas apenas para os reconhecidamente pobres, na forma da lei.

**Gabarito:** Errado.

 **Comentário:** O habeas corpus e habeas data são gratuitos INDEPENDENTEMENTE se a pessoa é pobre ou não.

# Parabéns por ter concluído !!!

